

**HABEAS CORPUS Nº 502.213 - RJ (2019/0093957-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : PEDRO COUTO GABRIG E OUTROS  
**ADVOGADOS** : CAROLYNE ALBERNARD GOMES - RJ124647  
PEDRO COUTO GABRIG - RJ217614  
BERNARDO MARINHO MARQUES - RJ224567  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
**PACIENTE** : RODRIGO LUIZ LIMA DE SOUZA

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de RODRIGO LUIZ LIMA DE SOUZA, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 2ª Região** no writ n. 5000788-67.2019.4.02.0000/RJ.

Depreende-se dos autos que a Defesa do ora paciente impetrou **habeas corpus** contra ato do MM. Juízo da 8ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que teria recebido a denúncia oferecida em desfavor do paciente sem antes facultar-lhe a apresentação de defesa preliminar, em alegada violação ao art. 514 do CPP.

O eg. Tribunal de origem, contudo, **por maioria**, denegou a ordem conforme v. acórdão acostado às fls. 39-59, sem ementa.

Dáí o presente **writ**, em que a Defesa reitera os argumentos apresentados na origem, no sentido de que há nulidade na decisão que recebeu a denúncia antes de analisar a defesa preliminar, tratando-se de *"indevida supressão de uma importantíssima etapa processual – em pleno vigor no nosso ordenamento jurídico –, com nítido intuito de impedir o advento da prescrição da pretensão punitiva estatal pela pena in abstracto, bem como o periculum in mora, decorrente da possibilidade da Autoridade Coatora Originária proferir sentença, o que, de acordo com o entendimento do Pretório Excelso 1 , implicaria em perda do objeto do writ."* (fl. 4).

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar para *"determinar que a Autoridade Coatora Originária não sentencie o feito até o julgamento da ordem do presente writ, ou, alternativamente, até a apreciação do pedido liminar em sede de recurso em habeas corpus – o qual será interposto tão logo haja publicação do acórdão."*

É o breve relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Em um exame perfunctório, próprio dos pedidos liminares, observo que esta Corte Superior de Justiça possui jurisprudência no sentido de que "[...] É assegurado o direito de resposta preliminar, antes do oferecimento de denúncia com supedâneo no artigo 514 do Estatuto Processual, somente nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, entendidos como os crimes funcionais próprios ou típicos, os quais estão descritos nos artigos 312 a 326 do Código Penal. 2. Não é suficiente para a incidência das disposições do artigo 514 do CPP, que seja o delito praticado por agente público." (RHC 38.811/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 13/06/2016).

Ademais, a análise da questão excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza

satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator